



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Eletrônico nº 59/2022	Abertura em 01 de fevereiro de 2023, às 09h (horário de Brasília) no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/
-------------------------------------	--

Objeto
Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de seguro de vida e acidentes pessoais englobando morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médicas hospitalares, em todo território nacional, em grupo, destinado a todos os alunos da UEPA que cumprem atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas distribuídos pelos Campi da UEPA, na Capital e Interior do Estado. O grupo segurado é constituído por discentes da UEPA que estejam exercendo atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, discentes que estejam cumprindo estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas, tanto nas dependências internas da UEPA ou em locais externos, ou seja, em instituição/organização/empresa e outros espaços que ofereçam estas ações tendo-se em conta os cursos, as disciplinas/Componentes Curriculares e as ações em que o aluno está matriculado e/ou envolvido

Registro de Preços	Critério de Julgamento	Itens com disputa exclusiva para ME/EPP	Itens com ampla disputa
Não	Menor Preço Global por item	Não	Sim

Modo de disputa	Intervalo mínimo entre lances	Instrumento Contratual
Aberto/Fechado	1,00	Contrato

Prazo para envio de proposta ajustada ao último lance ou ao valor negociado
Até 2 (duas) horas a partir da convocação do Pregoeiro

Documentos de habilitação
Ver item 13.4 em diante

Pedidos de impugnações
Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública por meio do e-mail cpl@uepa.br , no horário de 8h às 14h, em conformidade com o artigo 24 do Decreto Estadual nº 534/2020

Pedidos de esclarecimentos
Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio do e-mail cpl@uepa.br , no horário de 8h às 14h, em conformidade com o artigo 23 do Decreto Estadual nº 534/2020
As respostas aos esclarecimentos solicitados e às impugnações ao Edital serão disponibilizadas no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL Nº 59/2022

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ-UEPA por meio do pregoeiro designado pela Portaria nº 2525/2022 – UEPA, de 20 de junho de 2022, leva ao conhecimento dos interessados que na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002; Lei Estadual nº 6.474, de 06/08/2002; Decreto Estadual nº 534 de 04/02/2020, 877 de 31/03/2008 e 878 de 31/03/2008; Instrução Normativa nº 03/2018-MPOG; Instrução Normativa nº 018/2008-SEFA; Lei nº 8.078 de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor); Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil); Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, regulamentada pela 147/2014; Decretos Federais nº 3.555 de 08/08/2000, 8.538/2015, 10.024/2019, 7.174/2010, 7.892 de 23/01/2013, 8.538/2015, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, legislação correlata, e demais exigências previstas neste edital e seus anexos; torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com **critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, MODO DE DISPUTA “ABERTO/FECHADO”**, nos termos do Processo Administrativo nº 2022/773484-UEPA.

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

Anexo III: Minuta de Contrato.

Encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação: a partir da publicação no Sistema compras.gov.br até às 09h00 (Horário de Brasília) do dia 01/02/2023 no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

- Abertura da sessão (das propostas): às 09h (Horário de Brasília) do dia 01/02/2023.

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada à sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1 - DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de seguro de vida e acidentes pessoais englobando morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médicas hospitalares, em todo território nacional, em grupo, destinado a todos os alunos da UEPA que cumprem atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas distribuídos pelos Campi da UEPA, na Capital e Interior do Estado. O grupo segurado é constituído por discentes da UEPA que estejam exercendo atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, discentes que estejam cumprindo estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas, tanto nas dependências internas da UEPA ou em locais externos, ou seja, em instituição/organização/empresa e outros espaços que ofereçam estas ações tendo-se em conta os cursos, as disciplinas/Componentes Curriculares e as ações em que o aluno está matriculado e/ou envolvido, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, que é parte integrante deste Edital.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e as especificações constantes do Termo de Referência, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

2 – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os recursos para cobrir as despesas com a presente licitação estão previstos no orçamento desta Universidade, nas Funcionais Programáticas, Fontes e Elementos de Despesas a seguir relacionados:

Funcional Programática: 74201.12.364.1506.8870

Fonte: 0102

Elemento de Despesa: 339039

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Certame pessoas jurídicas que atuem no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante neste Edital e seus Anexos, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.4. O uso de senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UEPA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. Estão impedidas de participar da presente licitação:

- a) Empresas que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração;
- b) Empresas suspensas em licitar e contratar com o Estado do Pará, em consonância ao artigo 49 do Decreto Estadual nº 534/2020;
- c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em conformidade com o artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93 e Art. 7º da Lei nº. 10.520/02;
- d) Empresas entre cujos dirigentes, diretores, sócios, responsáveis ou empregados, haja algum dirigente ou servidor desta IES;
- e) Empresas prestadoras de serviço que tenham, como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidor ocupante, no âmbito deste Órgão, de cargo de direção, chefia ou assessoramento;
- f) Empresas controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- g) Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- h) Empresas sob regime de falência, concordata ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- i) Empresas cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

determinação legal.

4.2. O credenciamento deverá estar regular junto ao SICAF.

4.3. O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

4.4. O Credenciamento do Licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.5. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a UEPA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, regulamentada pela 147/2014 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou suas respectivas abreviações, “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação, assim como evidenciar tal condição através da respectiva declaração.

5 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta de preços, **formulada de acordo com o Termo de Referência (Anexo I)**, e as especificações detalhadas do objeto, inclusive com a **indicação da marca e fabricante**, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico.

5.2. A licitante deverá consignar para o item em relação ao qual deseja enviar proposta, em campo adequado do sistema eletrônico, os valores unitário e global, em moeda corrente nacional, já considerados os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos anexos deste Edital.

5.4. Os valores deverão ser calculados com **duas casas decimais**.

5.5. A proposta apresentada em desacordo com este edital será desclassificada.

5.6. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta.

5.7. O critério de aceitabilidade dos preços será de acordo com os valores praticados no mercado, observado o valor estimado pela UEPA.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.1. Esse prazo fica suspenso pelo tempo necessário à conclusão de diligências e no caso de interposição de recurso, inclusive até seu julgamento.

5.9. O prazo de entrega ou execução do objeto deste certame será o disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

- 5.10.** O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.
- 5.11.** Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.12.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.13.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, UASG: **925611**, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.14.** Cada licitante somente poderá apresentar uma única proposta, não sendo admitidas propostas alternativas.
- 5.15.** Não serão admitidas posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços como justificativas de solicitação de quaisquer acréscimos, de reequilíbrio econômico-financeiro da proposta, de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza. Os licitantes deverão arcar com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 5.16.** Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.17.** Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados.
- 5.18.** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 5.19.** A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 5.20.** A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 5.21.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 6.2.** A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1.** O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

7.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.3. Para ser classificado para fase de lances obrigatoriamente o licitante deverá descrever detalhadamente no sistema Compras Governamentais o objeto ofertado e em conformidade com o Termo de Referência.

7.4. A classificação das propostas será pelo **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços, globais e os unitários, excessivos, simbólicos, irrisórios ou zerados ou ainda manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

8 – DA ETAPA DE LANCES

8.1. OS LANCES SERÃO OFERTADOS NO VALOR TOTAL DO ITEM.

8.2. Início da fase competitiva:

8.2.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

8.2.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.2.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.3. Modos de disputa

8.3.1. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

8.4. Será adotado para o envio de lances neste certame o **modo de disputa “aberto/fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de R\$ 1,00 (UM REAL)**.

8.6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.7. Cada lance é de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito a pleitear alteração ou desistência.

8.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.12.1. Na hipótese do item anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Durante a etapa competitiva do pregão, admite-se a exclusão de um lance pelo Pregoeiro, somente quando os lances ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, gerando uma presunção absoluta de inexequibilidade.

9 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.3. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do item anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta Condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.5. Na hipótese da não adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

10 – DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.4. No momento em que o Pregoeiro solicitar a negociação do item, a licitante terá o prazo de 15 (quinze) minutos para manifestar interesse em negociar.

11 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE

11.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.1.1. O licitante deverá enviar via Anexo do Sistema juntamente com sua proposta, os documentos de habilitação solicitados em Edital, ainda que estes constem no SICAF, para fins de acesso aos demais licitantes, em respeito ao Princípio da Transparência, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.2. Encerrada a etapa de lances, a proposta do licitante vencedor contendo o preço e as especificações detalhadas do objeto licitado, deverá ser formulada e enviada, devidamente atualizada em conformidade com o último lance ofertado e, quando for o caso, o preço negociado, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a partir da convocação do Pregoeiro.

11.3. Havendo alguma impossibilidade no envio da proposta atualizada Via Anexo do Sistema, o Pregoeiro poderá conceder que o envio seja efetivado através do e-mail cpl@uepa.br.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

11.3.1. O prazo de envio de proposta atualizada poderá ser prorrogado por igual período a pedido do licitante ou a critério do Pregoeiro.

11.4. A proposta de preço deverá conter ainda as seguintes informações:

11.4.1. ser impressa preferencialmente em papel timbrado com a razão social e o número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), redigida com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

11.4.2. Fazer menção ao número deste edital e conter referência ao endereço comercial e eletrônico, incluído CEP, número de telefone e/ou fax, e dados bancários (códigos do banco e agência e número da conta corrente) exigidos para emissão de nota de empenho, formalização do contrato e pagamento de faturas;

11.4.3. conter referência aos dados de identificação (nome, estado civil, profissão, nº do CPF e RG, domicílio, telefone/fax, correio eletrônico) da pessoa responsável pela assinatura do termo de contrato e da pessoa a ser designada como preposto da empresa na execução do contrato;

11.4.4. declarar concordância com o prazo de entrega e demais condições previstas no Termo de Referência (Anexo I).

11.4.5. declarar prazo de validade não inferior a **60 (sessenta) dias**, contado da data da sessão pública fixada no preâmbulo deste Edital;

11.4.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.4.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

11.4.8. Erros materiais ou omissões existentes nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto.

11.4.9. Para efeito de aceitação da melhor proposta comercial, somente serão consideradas no preço proposto duas casas decimais, para os valores unitários e totais.

11.4.10. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de reenviar a proposta ou não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11.4.11. Não serão aceitas propostas com valores unitário ou global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

11.4.12. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

11.4.13. O Pregoeiro poderá solicitar à proponente, em caráter complementar, memorial descritivo do cálculo de índices e valores de custos, insumos e tributos levados à composição do preço ofertado, a fim de avaliar a exequibilidade da proposta apresentada.

11.4.14. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.4.15. A licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel, cuja autenticidade será verificada pelo(a) Pregoeiro(a) através do código ou chave digital que deverá(ão) acompanhar o(s) documento(s).

11.6. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

11.7. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

11.7.1. A falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Estadual nº 534/2020.

11.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado, assim como, se o objeto ofertado está em conformidade com a descrição do Termo de Referência, e, verificará a habilitação do licitante.

12.2. O pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas neste Edital e Termo de Referência, pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM** e decidir sobre sua aceitação.

12.3. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta IES ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.3.1. Na hipótese de apresentação de amostras, a sessão será suspensa e retomada somente após a análise acerca da aceitação do objeto a que se refere, exarando-se a decisão no campo próprio do sistema eletrônico e comunicando-a via **chat**.

12.4. No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

12.5. A simples irregularidade formal que evidencie lapso isento da má-fé e que não afete o conteúdo da proposta, não será causa de desclassificação.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

12.6. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica.

12.7. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e Termo de Referência, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13 - DA HABILITAÇÃO

13.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e dos documentos de habilitação especificados no item 13.4 deste Edital.

13.2. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

13.3. O licitante deverá enviar via Anexo do Sistema juntamente com sua proposta, os documentos de habilitação solicitados em Edital, ainda que estes constem no SICAF, para fins de acesso aos demais licitantes, em respeito ao Princípio da Transparência, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

13.4. Para habilitação neste certame será verificada a seguinte documentação:

13.4.1. Credenciamento

13.4.1.1. A licitante deverá enviar o Relatório do SICAF

13.4.2. Habilitação Jurídica

13.4.2.1. Cédula de Identidade;

13.4.2.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.4.2.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

13.4.2.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigo, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.4.2.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

13.4.2.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.4.2.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.4.2.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

13.4.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.4.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

13.4.3.1. Receita

13.4.3.2. FGTS

13.4.3.3. INSS

13.4.3.4. Trabalhista

13.4.3.5. Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda

13.4.4. Regularidade Fiscal Estadual/Municipal

13.4.4.1. Receita Estadual/Distrital

13.4.4.2. Receita Municipal

13.4.5. Qualificação Técnica

13.4.5.1. 1 (um) ou mais atestados ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação do objeto compatível em características e quantidades com o objeto deste Pregão.

13.4.5.1.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

13.4.5.2. A licitante deverá apresentar as seguintes Certidões expedidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, ambas dentro do prazo de validade:

13.4.5.2.1. Certidão de regularidade, informando que a licitante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem de estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

13.4.5.2.2. Portaria, publicada em Diário Oficial ou Atestado, expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a fim de comprovar que a arrematante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinente ao objeto do certame, conforme descrito no Termo de Referência.

13.4.5.3. Declaração de que disporá, na data da assinatura do contrato, de estrutura de suporte para troca de informações (orais e redigidas) e equipe qualificada, bem como de que possui condições de executar os serviços objeto da presente contratação.

13.4.6. Qualificação Econômico-Financeira

13.4.6.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

13.4.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

13.4.6.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.4.6.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação de acordo com os § 2º e 3º do art. 31 da Lei 8.666/93.

Para habilitação neste certame será verificada também a seguinte documentação:

13.4.7. Declaração de Sustentabilidade Ambiental, nos termos do Anexo II do Edital ou mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada que comprove que a empresa adota práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o Decreto Federal 7.746/2012.

13.5. As declarações complementares abaixo serão preenchidas de forma virtual, por intermédio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>:

13.5.1. Declaração de ME e EPP, tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar nº 123/2006;

13.5.2. Declaração de Ciência de Edital;

13.5.3. Declaração de Fato Superveniente;

13.5.4. Declaração de Menor;

13.5.5. Declaração de Independente de proposta;

13.5.6. Declaração de Acessibilidade;

13.5.7. Declaração de Cota de Aprendizagem;

13.5.8. Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

13.6. É facultado ao Pregoeiro realizar diligências a fim de complementar ou comprovar os documentos apresentados.

13.7. Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista que estiverem vencidos no SICAF deverão ser remetidos nos termos do item **13.2** deste Edital, sob pena de inabilitação.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

13.8. Caso haja alguma documentação cassada no SICAF, o licitante deverá enviar documento regular nos termos do item **13.2** deste Edital, sob pena de inabilitação.

13.9. Expirada a validade de certidão entre a data da abertura e a data da convocação para apresentação dos documentos de habilitação, a licitante deverá enviar certidão com data válida.

13.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.11. Os documentos apresentados digitalmente no registro cadastral do SICAF são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraude.

13.12. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o(a) Pregoeiro(a) porventura julgar necessário.

13.13. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

13.14. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

13.15. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos exigidos pelo Edital.

13.16. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

13.17. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

13.18. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.19. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, facultando-se ao(à) Pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.2. O licitante deverá solicitar junto ao Pregoeiro, por meio do chat, a prerrogativa constante no item **13.19.**



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

13.20. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.22. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.23. O Pregoeiro, em caráter de diligência, poderá solicitar os documentos em original ou por cópia autenticada a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Universidade do Estado do Pará, localizada na Rua do Una nº 156, Bairro Telégrafo, Belém/PA, CEP nº 66050-540, Telefone (91) 3299-2222.

13.24. Ao(a) Pregoeiro(a) não caberá alertar as licitantes sobre eventuais falta(s) e/ou falha(s) de documentação, devendo às mesmas zelar pelo completo e correto envio dentro do prazo definido no Edital. Neste caso, o responsável da empresa por operar o sistema deverá verificar minuciosamente o envio da sua documentação no Sistema **Compras Governamentais** e reenviar ou completar se for o caso, sem ultrapassar a prazo dado inicialmente.

13.25. O Pregoeiro poderá fazer averiguações nos sites oficiais mantidos na Internet por órgãos públicos acerca de requisitos a serem cumpridos pelos licitantes, tanto com relação à veracidade da Proposta de Preços e seus anexos, quanto aos requisitos de habilitação, valendo os resultados das consultas como meio legal de prova para tomada de decisões.

13.26. Verificado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

14 – DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

14.2. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, quando for o caso, rejeitando-a, de forma motivada, em campo próprio do sistema.

14.3. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias consecutivos, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4. As razões de recurso deverão ser disponibilizadas na íntegra no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

14.5. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

14.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia (feita em formulários próprios, no ato da sessão pública) e, fora dos respectivos prazos legais.

14.8. Se não reconsiderar a sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente instruído, à consideração da



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

14.9. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação.

15 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro à licitante declarada vencedora, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

15.2. A homologação deste Pregão compete ao Reitor desta IES.

16 – DA CONTRATAÇÃO

16.1. O contrato poderá ser firmado com a licitante vencedora com base nos dispositivos deste Instrumento Convocatório, na proposta apresentada e na legislação vigente, conforme Minuta do Contrato, **ANEXO deste Edital**, com a vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver disponibilidade orçamentária e interesse entre as partes.

16.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela UEPA.

16.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato dentro do prazo assinalado ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

16.4. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante a vigência do contrato;

16.5. É facultado ao (à) Pregoeiro (a), quando a convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

17 – DA DILIGÊNCIA

17.1. Quando solicitado pelo Pregoeiro, a licitante deverá enviar documentação complementar, tais como Planilhas de formação de preços, catálogos ou prospectos, ou outros documentos que o Pregoeiro entenda necessário para esclarecer ou complementar a sua decisão e instrução do processo, no prazo de 2 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema compras.gov.br, e na sua impossibilidade por meio do e-mail cpl@uepa.br.

17.2. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado pelo tempo e vezes que o Pregoeiro julgar necessário, devendo constar sua justificativa para a(s) nova(s) prorrogação(ões), que informará o tempo de prorrogação no Sistema Compras Governamentais.

17.3. A documentação enviada fora do prazo ou não enviada ao Pregoeiro poderá ensejar a desclassificação ou inabilitação da empresa, se a referida documentação era essencial para o esclarecimento ou complemento da instrução do processo.

18 – DA FISCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E ENTREGA E/OU EXECUÇÃO DO OBJETO



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

18.1. A fiscalização do objeto estará a cargo da administração da UEPA, por intermédio de servidor Professor Darly Rodrigues Pompeu, Diretor de Desenvolvimento de Ensino, na Pró-Reitoria de Graduação, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. O objeto estará sujeito à fiscalização e deverá atender aos quantitativos e as especificações/obrigações do padrão de qualidade e demais exigências expressas neste Edital e seus Anexos.

18.3. A entrega ou execução do objeto será efetuada conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I do Edital, acompanhado das respectivas notas fiscais, após a confirmação por meio de emissão da nota de empenho.

19 – DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal na UEPA devidamente atestada pelo responsável competente, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

19.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão estes restituídos à Contratada para as correções solicitadas, não respondendo a UEPA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

19.3. Por ocasião do pagamento, será efetuado consulta “via on-line” ao SICAF. Caso se ateste a irregularidade a situação da Contratada junto ao sistema, poderá haver retenção de pagamento, até que se restabeleça a normalidade, sem que isso acarrete ônus adicional para a Contratante.

19.4. Para efeito de pagamento, a UEPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor.

19.5. O crédito dar-se-á em conta corrente do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ nos termos do Decreto 1827 de 29 de agosto de 2017, ressalvados os casos expostos na IN 018/2008-SEFA. Em caso de crédito em outro banco, o licitante vencedor se responsabilizará pelas despesas de transferência adotadas pelo banco.

20 – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

20.1. A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.2. A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata.

20.3. O licitante não terá direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata e das condições deste Edital.

20.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21 – DAS SANÇÕES

21.1. No caso de inexecução total ou parcial das condições acordadas, a UEPA, poderá, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução dos serviços



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

caracterizando inexecução parcial. Após o 15º dia e a critério da administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) multa de mora no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de atraso do início da execução do objeto;

d) multa compensatória no percentual correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução total do contrato.

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos;

f) Ficará impedida de licitar e de contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

I. Não celebrar contrato ou assinar a ata de registro de preços;

II. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

III. Apresentar documentação falsa;

IV. Causar o atraso na execução do objeto;

V. Não manter a proposta;

VI. Falhar na execução do objeto;

VII. Fraudar na execução do objeto

VIII. Comportar-se de modo inidôneo;

IX. Fizer declaração falsa;

X. Cometer fraude fiscal.

21.1.1. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante.

21.1.2. Se a multa for de valor superior aos pagamentos eventualmente devidos pela Administração a Contratada responderá pela sua diferença, podendo a mesma, quando for o caso, ser cobrada judicialmente.

21.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

21.3. As sanções impostas somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, devidamente demonstradas e justificativas por escrito, com fundamento em fatos reais comprováveis, a critério da autoridade competente da UEPA e formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato pela Administração.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

21.4. A licitante vencedora encontra-se sujeita, de igual forma, às sanções previstas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, a serem aplicadas nas hipóteses ali contidas.

21.4.1 A aplicação das sanções determinadas no Termo de Referência não prejudica a aplicação das demais sanções expressas na Lei nº 8666/93, sem prejuízos das responsabilidades civil e penal.

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22 – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

22.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, em conformidade com o artigo 24 do Decreto Estadual nº 534/2020.

22.1.1. O pedido de impugnação deverá ser enviado por meio do e-mail cpl@uepa.br, no horário de 8h às 14h.

22.1.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, no e-mail cpl@uepa.br.

22.1.3. As impugnações encaminhadas após as 14h serão apreciadas no próximo dia útil.

22.1.4. Serão consideradas intempestivas as impugnações apresentadas após as 14h do segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas.

22.1.5. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por outro meio que não o eletrônico e vencidos os respectivos prazos legais.

22.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de recebimento da impugnação, em conformidade com o §1º do artigo 24 do Decreto Estadual nº 534/2020.

22.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, na forma eletrônica, para o endereço cpl@uepa.br, em até 03(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

22.3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, no e-mail cpl@uepa.br.

22.3.2. Os pedidos de esclarecimento encaminhados após as 14h serão apreciados no próximo dia útil.

22.3.3. Serão considerados intempestivos os pedidos de esclarecimentos encaminhados após as 14h do terceiro dia útil que anteceder a abertura das propostas.

22.3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22.4. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.5. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu no Texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.6 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.9. As respostas aos esclarecimentos solicitados e às impugnações ao Edital serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, para conhecimento dos fornecedores e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

22.9.1. É cabível aos licitantes o envio dos pedidos de esclarecimento e impugnação com número de caracteres aceitáveis e admissíveis, a fim de disponibilização no sistema Compras Governamentais, para o devido conhecimento dos fornecedores e da sociedade em geral, haja vista que o sistema possui número limitado de caracteres para ser divulgado.

22.10. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro no sistema, serão autuadas no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22.11. Havendo alguma impossibilidade na disponibilização no Sistema Compras Governamentais dos esclarecimentos e impugnações, os mesmos estarão autuados no processo licitatório e disponíveis para consulta por qualquer interessado, na sala da Comissão Permanente de Licitação/UEPA.

23 – DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

23.2. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a UEPA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na UEPA.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

23.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, assim como aos demais princípios norteadores da Administração Pública, contudo, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

23.10. Não será permitida subcontratação de empresa para realização, parcial ou total, do objeto desta licitação.

23.11. A Contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação

23.12. O CNPJ da proponente habilitada na licitação, presente no cadastro da empresa no SICAF e em seus documentos apresentados, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

23.13. A critério da UEPA, a presente licitação poderá ser:

23.13.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

23.13.2. Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

23.13.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.14. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

23.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das devidas disposições legislativas.

23.16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Estadual do Pará, com exclusão de qualquer outro.

Belém, 30 de novembro de 2022.

Clay Anderson Nunes Chagas
Reitor da Universidade do Estado do Pará/UEPA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

TERMO DE REFERÊNCIA

Seguro de vida e contra acidentes pessoais

1) ORGÃO INTERESSADO E LOCALIZAÇÃO

Universidade do Estado do Pará

2) ÁREA INTERESSADA

DDE/PROGRAD

3) RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Darly Rodrigues Pompeu - Diretoria de Desenvolvimento do Ensino / Pró-Reitoria de Graduação.

4) OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de seguro de vida e acidentes pessoais **englobando morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médicas hospitalares**, em todo território nacional, em grupo, destinado a todos os alunos da UEPA que cumprem **atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES**, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas distribuídos pelos **Campi da UEPA, na Capital e Interior do Estado**. O grupo segurado é constituído por discentes da UEPA que estejam **exercendo atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES**, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, discentes que estejam cumprindo estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas, tanto nas dependências internas da UEPA ou em locais externos, ou seja, em instituição/organização/empresa e outros espaços que ofereçam estas ações tendo-se em conta os cursos, as disciplinas/Componentes Curriculares e as ações em que o aluno está matriculado e/ou envolvido.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

5) JUSTIFICATIVA:

O estágio supervisionado é um componente obrigatório da organização curricular dos cursos de graduação, realizados em escolas, empresas, instituições, organizações, hospitais e outros campos. A atual política de estágio da UEPA está em consonância com a lei 11.788/2008, bem como com o estabelecido na própria LDB/96.

Os atuais Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos de graduação implementaram várias atividades que implicam a participação dos discentes em várias ações que extravasam os limites físicos dos muros Institucionais. São ações de formação, de assistência social e cidadania que normalmente acontecem em espaços públicos que necessitam de deslocamento discentes. Tem-se também cada vez mais a participação da UEPA em torneios e eventos esportivos oferecidos por federações esportivas universitárias e IES de outras cidades e estados.

Além disso, surge também a necessidade de atenção à outras modalidades de ensino que são as atividades práticas, uma atividade que faz parte do processo de ensino aprendizagem dos alunos matriculados nos diversos cursos da UEPA e que se inicia normalmente a partir do 1º ano de curso, uma vez que as diretrizes Curriculares Nacionais que normatizam a integralização curricular dos Cursos, estabelecem como item obrigatório o exercício de atividades praticas extra sala de aula havendo portanto necessidade de deslocamentos constantes de alunos para atividades externas em instituições parceiras/conveniadas com a UEPA e outros locais que ofereçam campo para o exercício de atividades práticas.

Em linhas gerais, temos um potencial de aproximadamente 4.000 (Quatro mil) alunos por mês, distribuídos pelo território nacional cumprindo ações descritas no Objeto deste termo de referência.

6) CONDIÇÕES GERAIS DA APÓLICE:

6.1 COBERTURAS:

O seguro de acidentes pessoais coletivos para os discentes da UEPA deverá ter garantia durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo território nacional, para as coberturas abaixo discriminadas:

A – Morte Acidental



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

B - Invalidez permanente total ou parcial por acidente, assim definida como a perda, redução ou impotência funcional definitiva total ou parcial de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente. A indenização é paga de acordo com o capital segurado e conforme a tabela de percentuais constante das condições gerais da apólice.

C – Despesas Médicas e Hospitalares - é a garantia do reembolso das despesas efetuadas pelo Segurado para seu tratamento, sob orientação médica, iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do acidente. A Seguradora indenizará por evento as despesas médicas, bem como diárias hospitalares, incluídas a critério médico, necessárias para o restabelecimento do Segurado até o valor contratado para a referida garantia.

6.2 GARANTIAS

Morte Acidental (MA) – R\$ **13.500,00**

Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente (IPA) – até R\$ **13.500,00**

Despesas Médicas e Hospitalares (DMH) – até R\$ **3.000,00**

6.3 DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

a) Indenização de 100% do capital segurado para Morte Acidental e Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente (IPA) e Despesas Médicas e Hospitalares (DMH);

b) A cobertura do seguro durante as 24 horas do dia e por todo o território nacional;

c) O capital segurado do seguro de vida e contra acidentes pessoais deverá ser compatível com os valores do mercado, de acordo com o estabelecido pela lei do estágio nº 11.788 de 2008;

d) Estima-se para atendimento da Seguradora um universo de aproximadamente 4.000 (quatro mil) alunos dos diversos cursos da UEPA, por mês, que realizam atividades previstas no Objeto deste Termo de Referência;

e) A disposição de um banco de dados com inclusões e exclusões de alunos, assim como a atualização de planilhas com a discriminação dos alunos por curso e *Campi* que possa ser fornecido a UEPA, a qualquer tempo e de forma simplificada e sem que se perca a memória de todo esse processo;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

- f) A capacidade de adequar-se aos projetos pedagógicos dos cursos, considerando as especificidades de cada Curso;
- g) O fornecimento de todas as informações geradas no sistema da seguradora, durante a vigência do contrato, para memória dos órgãos controladores e supervisores da UEPA.

7) DA COTAÇÃO

- A. A cotação deve abranger tão somente as coberturas descritas no subitem 6.1 e assim será considerada ainda que apresente outras abrangências.
- B. A cotação deve expressar o preço unitário de cada vida, bem como o preço total para o período de 12 (doze) meses.
- C. Os preços oferecidos devem conter duas casas decimais.

8) DA INDENIZAÇÃO

De acordo com o Art 9, Inciso IV, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 a instituição responsável pela contratação do seguro em favor do estagiário, bem como dos alunos em atividades práticas deverá assegurar que a apólice seja compatível com valores de mercado.

8.1 PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DOS SINISTROS

O prazo para liquidação dos sinistros será limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos documentos básicos previstos, a serem apresentados para cada tipo de cobertura, conforme art. 72, § 1º da CIRCULAR SUSEP Nº 302, de 19 de setembro de 2005.

Veda-se a existência de cláusula limitadora de indenização por evento ocorrido.

9) DO NÚMERO DE VIDAS

O número inicial de vidas seguradas será aproximadamente de 4.000 (Quatro mil) alunos estagiários, participantes das ações e alunos em atividades práticas, mensalmente, podendo variar para mais ou para menos.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A. O Contrato de Seguro deverá permitir a inclusão de novos segurados que venham a participar das atividades previstas no Objeto deste Termo de Referência estágio, de ações e em atividades práticas, obrigando-se a contratada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessária.

B. Deverão ser considerados segurados todos os alunos estagiários, alunos que estejam participando de ações e em atividades práticas a partir da data de envio à Contratada da relação nominal, o que ocorrerá mensalmente.

C. A Universidade do Estado do Pará deverá enviar à Contratada relação inicial de alunos estagiários, alunos que estejam participando das ações e em atividades práticas com seus respectivos nomes, datas de nascimento e CPF, por meio eletrônico.

9.1 OSCILAÇÃO DO NÚMERO DE SEGURADOS

A. A proposta deve permitir exclusão e inclusão de segurados a qualquer tempo no período de vigência da apólice.

B. As alterações (inclusões e exclusões) devem ser informadas à Seguradora até o 6º dia útil do mês subsequente ao do risco, para efeito de emissão da fatura.

C. A Seguradora emitirá documento de cobrança para pagamento da fatura sempre no dia 30 do mês de vigência do seguro.

10) FAIXA ETÁRIA

Sem restrições

11) ATIVIDADES DO GRUPO SEGURADO

O Grupo segurado é constituído por alunos de todos os Campi da UEPA, **Capital e do Interior do Estado**, que cumprem **atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas**, em escolas, empresas, instituições, organizações, hospitais e outros campos que ofereçam estágio, ações e atividades práticas cujas atividades são desenvolvidas tendo-se em conta os Cursos em que o aluno está matriculado na UEPA..



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

11.1 ÁREAS DE TRABALHO

Áreas da saúde, de assistência social e cidadania, exatas, tecnológica, educacional, formação e eventos esportivos oferecidos por federações esportivas universitárias e IES.

12) SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL

12.1 DA HABILITAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO A SEREM EXIGIDOS DA ARREMATANTE

A. A arrematante deverá apresentar as seguintes Certidões expedidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, ambas dentro do prazo de validade:

A.1. Certidão de regularidade, informando que a arrematante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem de estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

A.2. Portaria, publicada em Diário Oficial ou Atestado, expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a fim de comprovar que a arrematante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinente ao objeto do certame, conforme descrito neste Termo de Referência.

B. Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição da República.

C. Declaração de que disporá, na data da assinatura do contrato, de estrutura de suporte para troca de informações (orais e redigidas) e equipe qualificada, bem como de que possui condições de executar os serviços objeto da presente contratação.

12.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Será julgada vencedora a proposta que ofertar o MENOR VALOR GLOBAL PARA O PRÊMIO referente a 4.000 (Quatro mil) vidas seguradas, devendo contemplar todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, tais como com pessoal, de administração, insumos e todos os encargos incidentes sobre a prestação de serviços, bem como contemplar as garantias às Condições Gerais da Apólice elencadas no presente Termo de Referência.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

13) PRAZO DE VIGÊNCIA DO SEGURO

O seguro terá vigência por 12 (doze) meses, sendo o termo inicial previsto quando da assinatura do contrato, ressalvada a hipótese de prorrogação, nos termos da Lei 8.666/93, combinada com o disposto no art. 64, § 1º da Circular SUSEP nº 302/2005, no art. 30 da Resolução CNSP nº 117/2004, no art. 28 das Normas de Seguro de Vida em Grupo editadas pela Circular SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – em 17 de julho de 1992 e o art. 774 do Código Civil.

14) DO REAJUSTE

14.1 Os Capitais Segurados e os Prêmios poderão ser atualizados anualmente, na data de aniversário da Apólice, durante a vigência do seguro, pelo IPC/FGV acumulado nos 12 (doze) meses que antecedem o mês do aniversário da Apólice.

14.2 As taxas de seguro poderão ser reavaliadas e alteradas, caso venham a se mostrar inadequadas.

14.3 O critério da reavaliação das taxas tomará por base a seguinte metodologia:

14.3.1 Na data da reavaliação serão apuradas a sinistralidade média da carteira e a sinistralidade média do mercado, conforme publicado no site da SUSEP.

14.3.2 Serão comparadas as sinistralidades médias da carteira e do mercado.

14.3.3 Será calculado o fator resultante da divisão da Sinistralidade Real pela Sinistralidade Esperada.

14.3.4 Se o fator encontrado for superior a 1 e inferior a 1,5, será analisado o equilíbrio técnico-atuarial da carteira, podendo gerar reavaliação das taxas caso seja verificada insuficiência na taxa praticada, sendo que o critério de reajuste será proposto com base na sinistralidade da carteira, nas informações do grupo segurado e nos respectivos Capitais Segurados.

14.3.5 Se o fator resultante da divisão da Sinistralidade Real pela Sinistralidade Esperada for superior a 1,5, o reajuste será proposto com base no próprio fator obtido.

14.4 O período para apuração da sinistralidade da carteira será dos últimos 24 meses anteriores à data da reavaliação.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

14.5 A Sinistralidade Esperada será definida de acordo com os carregamentos previstos na Apólice, o IBNR (Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados), e a Despesa Administrativa, acrescidos de margem de lucro.

14.6 Quaisquer alterações nas taxas puras anuais, adotados no plano, serão previamente submetidas à SUSEP.

14.7 Qualquer alteração das taxas de seguro, durante a vigência do contrato, dependerá da anuência expressa da contratante (UEPA).

15) OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA-CONTRATADA

O atendimento de prestação de serviços de seguro Contra Acidentes Pessoais para alunos em **estágio curricular obrigatório, alunos que estejam participando de ações, bem como alunos em atividades práticas** da UEPA, que correspondem ao objeto deste Termo de Referência, deverá atender às seguintes especificações:

A. Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados (importância segurada), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro alteradas através do endosso.

16) DA FISCALIZAÇÃO

A. A Fiscalização dos serviços será exercida pelo Professor Darly Rodrigues Pompeu, Diretor de Desenvolvimento de Ensino, na Pró-Reitoria de Graduação, à qual incumbirá acompanhar a execução dos serviços, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato de seguro (apólice).

B. A Fiscalização deverá:

Atestar a(s) nota(s) fiscal (is) e vistar os demais documentos apresentados pela Contratada, bem como apor o “de acordo”, quando julgá-los corretos.

17) PAGAMENTO

17.1 A UEPA pagará à adjudicatária o valor equivalente ao fornecimento, nos termos da proposta, mediante empenho e atesto da nota fiscal.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

17.2 Os valores dos fornecimentos de que trata este item sujeitam-se às seguintes regras:

- a) sobre os valores do fornecimento incidirão os tributos e demais encargos de responsabilidade da adjudicatária;
- b) os valores são fixos e irredutíveis durante o período de vigência do contrato ou da ordem de execução;
- c) os pagamentos ficam condicionados à prévia certificação quanto ao fornecimento que trata este termo de referência.
- d) não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

18) PENALIDADES

No caso de descumprimento de cláusulas contratuais, serão aplicadas sanções administrativas, de acordo com os arts. 81 e 86 a 88 da Lei 8.666/93.

Belém, 21 de junho de 2022.

Prof.º Darly Rodrigues Pompeu
Diretoria de Desenvolvimento do Ensino
Pró-Reitoria de Graduação



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

_____ (nome empresarial da
licitante) inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na _____
_____ (endereço
completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º
_____, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico ____/2021-UEPA,
DECLARA expressamente que:

a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de
proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº ____ /2022 - UEPA

Proc. nº 2022/773484 - UEPA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ-UEPA E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento, a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ-UEPA**, entidade autárquica de Regime Especial, criada pela Lei nº 5.747, de 18.05.93, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF nº 34.860.833/0001-44, com sede à Rua do Una, nº 156, Telégrafo, nesta cidade, neste ato representada por seu Reitor, Professor Dr. **CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 582.136.862-68, residente e domiciliado em Belém/PA, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, com CNPJ/MF nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXX**, nº **XXX**, bairro **XXXXXX**, Cidade **xxxx**, Estado **xxxxxx**, CEP nº **xxxxxx**, telefones: (xx) **xxxxxx**, e-mail: **xxxxxxxxxx**, neste ato, representada por seu Sócio Sr. **xxxxxxxxxxxxxx**, portador da Carteira de Identidade nº **xxxxxx** e CPF nº **xxxxxx**, residente e domiciliado na **xxxxxxxxxx**, nº **xx**, bairro **xxxxx**, Cidade **xxxxxx**, Estado **xxxxxx**, CEP nº **xxxxxxxxxx**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 59/2022-UEPA**, resolvem de comum acordo celebrar o presente **Contrato**, na forma das Leis Federais nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002; Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Estadual nº 534/2020 sujeitando-se às demais normas que regulam a matéria, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de seguro de vida e acidentes pessoais englobando morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médicas hospitalares, em todo território nacional, em grupo, destinado a todos os alunos da UEPA que cumprem atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas distribuídos pelos Campi da UEPA, na Capital e Interior do Estado. O grupo segurado é constituído por discentes da UEPA que estejam exercendo atividades esportivas de representação em competições oficiais vinculadas à Federação pertinente e/ou IES, discentes que participam de ações de formação, assistência social e cidadania, discentes que estejam cumprindo estágio curricular obrigatório, bem como a alunos em atividades práticas, tanto nas dependências internas da UEPA ou em locais externos, ou seja, em instituição/organização/empresa e outros espaços que ofereçam estas ações tendo-se em conta os cursos, as disciplinas/Componentes Curriculares e as ações em que o aluno está matriculado e/ou envolvido, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor global do presente Contrato importa em **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxx**.

2.2. As despesas decorrentes da execução dos serviços correrão por conta da seguinte disponibilidade orçamentária:

Funcional Programática: 74201.12.364.1506.8870

Fonte: 0102



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

Elemento de Despesa: 339039

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. A contratante atenderá as obrigações previstas no Termo de Referência que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição. **Além das obrigações previstas no Termo de Referência, serão adotadas as seguintes:**

3.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas no instrumento;

3.3. Receber os serviços sempre que atenderem aos requisitos deste instrumento, ou indicar as razões da recusa;

3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidores designados Representantes da Administração;

3.5. Efetuar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no presente contrato;

3.6. Informar à CONTRATADA sempre que notar falhas no sistema de execução dos serviços contratados;

3.7. A CONTRATANTE exime-se de qualquer responsabilidade por danos causados pela CONTRATADA na execução dos serviços objetos do presente contrato, respondendo esta última por quaisquer danos eventualmente causados.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A contratada atenderá as obrigações previstas no Termo de Referência que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição. **Além das obrigações previstas no Termo de Referência, serão adotadas as seguintes:**

4.2. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3. Prestar o serviço no prazo estipulado e de acordo com as especificações contidas no Edital, anexos e em sua Proposta Comercial;

4.4. Assumir todas as responsabilidades decorrentes deste Contrato, ressarcindo a CONTRATANTE por quaisquer prejuízos provocados por eventuais atrasos na execução deste serviço, ou por descumprimento de qualquer outra disposição do Termo de Referência;

4.5. Desenvolver todas as etapas necessárias à efetivação do objeto contratado, cumprindo rigorosamente o objetivo definido no objeto do certame;

4.6. Atingir os objetivos definidos no Edital, Termo de Referência e sua Proposta de Preços;

4.7. Comunicar à UEPA, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

4.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;

4.9. Atender de imediato às solicitações quanto à regularização da execução do contrato;



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

4.10. Manter, durante a execução do contrato, a compatibilidade com obrigações assumidas;

4.11. Corrigir desconformidades dos serviços, se assim solicitado pela CONTRATANTE, de forma a adequá-los às exigências dispostas neste instrumento;

4.12. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Contratante entender necessárias nas quantidades do objeto, na forma do parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93, não podendo qualquer acréscimo exceder o limite estipulado no retromencionado parágrafo, sendo facultada a supressão além dos limites estabelecidos no referido diploma legal, mediante acordo entre as partes (parágrafo 2º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93);

4.13. Caso as especificações ou quantidades não estejam de acordo com as exigências editalícias, a CONTRATADA deverá substituir ou complementar os serviços, em questão, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, após a vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do edital;

4.14. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente, de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E ENTREGA E/OU EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A fiscalização do objeto estará a cargo da administração da UEPA, por intermédio de servidor Professor Darly Rodrigues Pompeu, Diretor de Desenvolvimento de Ensino, na Pró-Reitoria de Graduação, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. O objeto estará sujeito à fiscalização e deverá atender aos quantitativos e as especificações/obrigações do padrão de qualidade e demais exigências expressas neste Edital e seus Anexos.

5.3. A execução do objeto será efetuada conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I do Edital, acompanhado das respectivas notas fiscais, após a confirmação por meio de emissão da nota de empenho.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal na UEPA devidamente atestada pelo responsável competente, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

6.2. Antes do pagamento, a Administração realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

6.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, proceder-se-á à sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contratada regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.4. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;

6.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor/prestador de serviço, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

6.6. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;

6.7. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;

6.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA.

6.9. A contratada poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

6.10. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

6.11. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os Capitais Segurados e os Prêmios poderão ser atualizados anualmente, na data de aniversário da Apólice, durante a vigência do seguro, pelo IPC/FGV, acumulado nos 12 (doze) meses que antecedem o mês do aniversário da Apólice.es de renovação.

7.2. Demais cláusulas concernentes ao reajuste constam no item 14 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

8.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, após acordado entre as partes.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, a UEPA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes vencedoras as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução dos serviços caracterizando inexecução parcial. Após o 15º dia e a critério da administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) multa de mora no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de atraso do início da execução do objeto;



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

d) multa compensatória no percentual correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução total do contrato.

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos;

f) Ficará impedida de licitar e de contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

I. Não celebrar contrato ou assinar a ata de registro de preços;

II. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

III. Apresentar documentação falsa;

IV. Causar o atraso na execução do objeto;

V. Não mantiver a proposta;

VI. Falhar na execução do objeto;

VII. Fraudar na execução do objeto

VIII. Comportar-se de modo inidôneo;

IX. Fizer declaração falsa;

X. Cometer fraude fiscal.

9.2. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante.

9.3. Se a multa for de valor superior aos pagamentos eventualmente devidos pela Administração a Contratada responderá pela sua diferença, podendo a mesma, quando for o caso, ser cobrada judicialmente.

9.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.5. As sanções impostas somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, devidamente demonstradas e justificativas por escrito, com fundamento em fatos comprováveis, a critério da autoridade competente da UEPA e formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato pela Administração.

9.6. A licitante vencedora encontra-se sujeita, de igual forma, às sanções previstas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, a serem aplicadas nas hipóteses ali contidas.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

9.6.1. A aplicação das sanções determinadas no Termo de Referência não prejudica as demais sanções expressas na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, sem prejuízos das responsabilidades civil e penal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. A Contratada, quanto à qualificação técnica, declara que cumpre todas as exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação, no todo ou em parte do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

13.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Nos termos da legislação sobre contratos públicos, o presente instrumento vincula-se ao:

- a) Pregão Eletrônico nº 59/2022 – Edital e Anexos;
- b) Proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

15.1. Na assinatura do contrato a empresa deverá apresentar uma Declaração de que a empresa possui ou instalará escritório na cidade de Belém/PA, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A CONTRATADA responderá pelos danos eventuais que vier a causar em decorrência de descumprimento de quaisquer das condições previstas neste instrumento.

16.2. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, conforme art. 71 da Lei nº 8.666/1993.

16.3. O objeto do presente Contrato inclui salários, encargos, taxas, vantagens pecuniárias especiais inerentes à categoria profissional e demais obrigações trabalhistas.

16.4. Na execução do presente Contrato, não de ser observados os preceitos de direito público e os ditames da Lei Geral de Licitações, sendo aplicados supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

16.5. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela Administração Superior do CONTRATANTE baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, na forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Estado do Pará, Seção Judiciária do Estado do Pará, na cidade de Belém, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os necessários efeitos legais.

Belém, ____ de _____ de 2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nº do CPF:	Assinatura